

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 12/9/2018

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Inácio Franco – Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Gilberto Abramo – Ivair Nogueira – João Leite – Marília Campos – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Inácio Franco) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/7/2018

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Celinho do Sinttrocel (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do BMM) e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do

Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.930/2016 (relator: deputado Bosco). Retira-se o deputado Celinho do Sinttrocel e o deputado Doutor Jean Freire passa a substituir a deputada Rosângela Reis (por indicação da liderança do BMM). Em seguida, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.979/2018 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.233, 11.234, 11.238, 11.239 e 11.250/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.549/2018, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para a inscrição da Serra da Piedade como patrimônio cultural da humanidade perante a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2018.

Rogério Correia

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/8/2018

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e Duarte Bechir (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.663/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Santo Antônio do Rio Abaixo, para debater a grave ofensa aos direitos humanos fundamentais da população de Santo Antônio do Rio Abaixo, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Santa Maria do Itabira, São Sebastião, Serra do Cipó e outras localidades circunvizinhas à Estrada Real, que sofrem com o aumento da violência e da criminalidade na região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2018.

Cabo Júlio, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/8/2018

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei 4.631/2017, que dispõe sobre a produção e a comercialização de queijos artesanais de Minas Gerais

e o impacto de suas alterações para os produtores nos municípios mineiros. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença do deputado Antonio Carlos Arantes. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mariza Flores Fernandes Peixoto, gerente da Divisão de Programas Especiais do Departamento Técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, representando o presidente; Isabela Silva Conselho, analista de Projetos do Sistema Fiemg, e Darcira de Souza Pereira, prefeita de Açucena, e os Srs. André Almeida Santos Duch, fiscal agropecuário do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, representando a diretora-geral; Gilson de Assis Sales, superintendente de Apoio à Agroindústria da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; Silvanei Batista Santos, prefeito de Porteirinha; Carlos Roberto de Castro, chefe do Serviço de Política Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Nilton César de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais parlamentares presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2018.

Paulo Guedes, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2018

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Tadeu Martins Leite, André Quintão (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e João Leite (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende a reunião. Decorrido o prazo regimental, o Projeto de Lei nº 5.302/2018 deixa de ser apreciado e a reunião é encerrada.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Marília Campos – André Quintão.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2018

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 5/9/2018: ofício do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário de Estado de Fazenda, justificando a ausência em audiência pública para a qual foi convidado, realizada no dia 28/8/2018, cuja finalidade foi debater a falta de repasse financeiro, por parte do governo do Estado, ao IPSM. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.457, 11.464, 11.467 e 11.469/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.914 e 5.086/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.707/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja efetuado, de imediato, o pagamento de ajuda de custo e de diferença de promoção devido ao 1º-Sgt. PM Ronaldo Batista de Souza, nº 118.634-5, desde 2014, uma vez que em 7/5/2018, conforme BGPM nº 37, foi publicada sua promoção a primeiro-sargento com efeitos retroativos a 25/12/2014;

nº 12.708/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as circunstâncias das reiteradas oitivas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza na sede do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil, onde, conforme se tem noticiado, não tramita qualquer investigação que justifique esse procedimento;

nº 12.709/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à juíza titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Sete Lagoas pedido de informações sobre a ocorrência de oitivas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, especialmente quanto às circunstâncias de eventuais saídas da Apac de Sete Lagoas, onde atualmente cumpre pena, com respectivas datas, horários e motivação;

nº 12.710/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado do diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de informações sobre o número atualizado, em planilha detalhada, de hospitais, clínicas, laboratórios, profissionais, pessoas físicas e jurídicas que prestam serviços médicos e odontológicos no Estado, que rescindiram ou suspenderam os atendimentos dos segurados do IPSM, de 2015 até a presente data;

nº 12.711/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de informações sobre os repasses ao instituto, por parte do governo do Estado, que se encontram em atraso, de 2015 até a presente data, em planilha detalhada em que constem os valores referentes às contribuições patronais dos segurados e as devidas pelo Tesouro do Estado, tanto em relação aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – quanto em relação aos integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG;

nº 12.712/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando do 22º Batalhão, ao Comando de Policiamento da Capital da 1ª Região da Polícia Militar e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que se suspenda, de imediato, a designação de dois policiais militares, no período de 20 horas a 6 horas, para vigiar o prédio da Área Integrada de Segurança Pública – Aisp – localizada no Aglomerado da Serra, que se encontra desativada, devido ao risco a que esses policiais estão expostos durante toda a noite, pelo isolamento, falta de meios de comunicação e total precariedade das instalações desse local, além de absoluta insalubridade, conforme verificado na visita ali realizada por esta comissão, em 4/9/2018;

nº 12.713/2018, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja realizada visita à Procuradoria-Geral de Justiça para entregar denúncia recebida pela comissão acerca do uso político da instituição Polícia Civil no Estado, especialmente por parte do delegado Rodrigo Bossi, atualmente responsável pelo Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa;

nº 12.714/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – Apac –, em Sete Lagoas, para colher informações acerca das constantes saídas do interno Marcos Valério Fernandes de Souza, especialmente no que se refere a autorização prévia, motivação dos atos, datas, horários e finalidades;

nº 12.715/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o Cel. PM Emerson Mozzer, corregedor, para debater e solicitar providências quanto à instauração de IPMs em desfavor de policiais militares que compareceram à manifestação realizada na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, em 6/6/2018, aos quais se tenta imputar crime militar capitulado no art. 257, II, do CPM, c/c o art. 9º, III, alíneas "a" e "b" do mesmo diploma legal, considerando o Palácio da Liberdade, local de trabalho do governador do Estado, como suposto local sob a administração militar;

nº 12.716/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidado o Cel. PM Anderson Oliveira, comandante da 1ª Região da Polícia Militar, para debater e solicitar providências quanto à situação de risco de vida a que estão expostos os policiais militares destacados para vigilância noturna da sede da Área Integrada de Segurança Pública – Aisp – no Bairro Serra, em Belo Horizonte;

nº 12.717/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o Sr. João Octacílio Neto, chefe de Polícia Civil do Estado, nos termos do art. 100, incisos VII e VIII, do Regimento Interno, para debater e solicitar providências em relação às graves denúncias encaminhadas a esta Casa quanto ao uso político da Polícia Civil, notadamente com a abertura de inquéritos policiais em desfavor de adversários políticos;

nº 11.917/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, em que requerem seja realizada visita ao Instituto de Criminalística, em Belo Horizonte, para se verificarem as condições de trabalho dos servidores e a estrutura física do local, considerando-se a destinação de custeio e investimento ao referido órgão.

A presidência designa como relator da visita ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil, em Belo Horizonte, no dia 21/8/2018, o deputado João Leite, e dá como aprovado o relatório, que segue publicado após assinaturas. O presidente avoca a relatoria da visita realizada dia 4/9/2018 à Área Integrada de Segurança Pública do Aglomerado da Serra.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Instituto de Criminalística da Polícia Civil

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 11.917/2018, de autoria dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 21/8/2018, o Instituto de Criminalística da Polícia Civil, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar as condições de trabalho dos servidores e a estrutura física do local, considerando-se a destinação de custeio e investimento ao referido órgão.

Realizaram a visita os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, da qual também participaram servidores e gestores da Polícia Civil do Estado, entre eles Bruno Tasca Cabral, chefe de Gabinete da Polícia Civil de Minas Gerais; Letícia Baptista Gamboge Reis, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil de Minas Gerais; Roberto Simão, superintendente de Polícia Técnico-Científica; Dário Luiz da Rocha Lopes, diretor do Instituto de Criminalística; Guilherme da Costa Oliveira Santos, chefe da Assessoria de Planejamento Institucional da Polícia Civil de Minas Gerais; Marcelo Mari de Castro, chefe da Divisão de Perícia Técnico-Científica; Bruno de Almeida Felipe, coordenador da Superintendência de Polícia Técnico-Científica; Leandro Campos Jordão, chefe do Setor de Planejamento e Execução Orçamentária da Superintendência de Polícia Técnico-Científica; Flávia

Armani de Vasconcellos, assessora de Gabinete do Instituto de Criminalística; Ricardo Osvaldo de Souza, coordenador de perícias do Instituto de Criminalística; Heuber Dornas Pereira, chefe da Divisão de Perícias Especializadas do Instituto de Criminalística; Daniella Rodrigues Caldas Leite, chefe do Centro de Processamento de Despesas do Instituto de Criminalística; Júlio César Nogueira Zordan, chefe do Setor de Engenharia da Superintendência de Polícia Técnico-Científica; Wilton Ribeiro Salles, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais de Minas Gerais; e Walney José de Almeida, presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais.

Relato

Ao chegarem ao Instituto de Criminalística, os deputados Sargento Rodrigues e João Leite participaram de uma reunião com todos os presentes, para discutirem sobre a situação da unidade.

O deputado Sargento Rodrigues iniciou a reunião ressaltando o déficit de recursos para a segurança pública em Minas Gerais, frisando a grande dificuldade por que passam as delegacias de polícia do Estado, principalmente aquelas localizadas em municípios mais distantes, e citou, em particular, a situação de penúria verificada em delegacias das regiões do Norte de Minas, Mucuri e Jequitinhonha. Lembrou, também, a destinação, por seu mandato, de emendas parlamentares ao orçamento de 2018, na ordem de R\$1.500.000,00. Essas emendas, complementou o deputado, tinham por finalidade a aquisição de *kits* de equipamentos básicos (fogão, geladeira, micro-ondas, televisão, computador, entre outros), a serem destinados a delegacias e destacamentos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG. O deputado questionou, então, a superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil, sobre a execução dessas emendas neste exercício de 2018, tendo em vista que tais valores não foram, até o momento, completamente executados. Falou ainda sobre sua intenção de destinar recursos, também por meio de emenda parlamentar, para o Instituto de Criminalística, ressaltando sua importância e sua imprescindível atuação no Estado como um todo.

Entre outras considerações, retomou as discussões havidas durante audiência pública da Comissão de Segurança Pública, realizada em 15/5/2018, cuja finalidade era – a princípio – debater a autonomia da perícia judicial no Estado. No entanto, lembrou o deputado, da mencionada audiência decorreram vários questionamentos, inclusive denúncias de remoções indevidas de peritos do Instituto de Criminalística para delegacias de polícia, em prejuízo da subordinação funcional dos profissionais à Superintendência de Polícia Técnico-Científica e em descumprimento, em tese, ao previsto na Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado.

Após, no que toca mais especificamente ao escopo da visita, o deputado questionou a execução do orçamento destinado à perícia técnico-científica da Polícia Civil.

Em resposta ao parlamentar, Leandro Jordão esclareceu que, até o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – do ano de 2015, havia a previsão de duas ações governamentais, uma voltada para a perícia criminal e outra para a medicina legal. No PPAG 2016-2019, tais ações foram reunidas em uma única, a Ação 4003 – Perícias Técnico-Científicas –, que indica as verbas de custeio, ou seja, os recursos a serem utilizados, exclusivamente, para o provimento dos insumos à perícia. Conforme o gestor, foram previstos para essa ação, aproximadamente, R\$5.200.000,00 para 2016, R\$3.290.000,00 para 2017 e R\$2.890.000,00 para 2018.

Sobre a execução desses valores, informou que, no ano de 2017, foram executados pouco mais de R\$3.000.000,00, praticamente todo o orçamento previsto. Sobre o ano de 2018, disse que, após a previsão inicial de recursos, foi editado um decreto de contingenciamento pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio do qual foi autorizada a execução de R\$2.500.000,00. Desse total previsto para 2018, acrescentou o gestor, foram liquidados cerca de R\$350.000,00. Segundo ele, o orçamento costuma ser disponibilizado a partir do mês de abril de cada ano, sendo que, no momento, os projetos estão em fase de emissão de autorizações para a execução do restante da quantia prevista. Asseverou, nesse sentido, que sua expectativa é executar todo o valor disponibilizado até o final deste ano.

Acerca dos recursos de investimento para execução no ano de 2018, informou que a única verba com essa finalidade refere-se a uma emenda orçamentária no valor de R\$46.000,00, apresentada pela Comissão de Participação Popular no ano de 2017, durante

o processo de discussão do PPAG. Explicou que a emenda destinava esse valor para investimento em equipamentos necessários à realização de perícias nos casos de crimes de violência sexual. Sobre a execução da emenda, informou que se encontra em análise, na Diretoria de Aquisições, um projeto de compra de mesas ginecológicas, escadas de dois degraus e biombos. O restante dos recursos, segundo o gestor, seria utilizado para a aquisição de alguns computadores, mas sempre em cumprimento à finalidade da emenda.

Letícia Gamboge também discorreu sobre a execução orçamentária. Iniciou dizendo que a Polícia Civil tem participado, desde o ano de 2013, das discussões realizadas nos processos de revisão do PPAG na ALMG, considerando essas ocasiões como oportunidades interessantes para a consecução de recursos. Asseverou, ainda, que as emendas parlamentares apresentadas pelo deputado Sargento Rodrigues no ano de 2017 para 2018, mencionadas no início da reunião, ainda estão sendo executadas, asseverando que alguns municípios ainda serão atendidos.

Afirmou que houve um recorde de execução orçamentária por parte da Polícia Civil no ano de 2017, em relação aos anos anteriores. Em termos percentuais de execução – ou seja, considerando-se o orçamento total previsto e o gasto –, o índice de execução ultrapassou 90%. Apresentou um levantamento da execução de despesas da atividade pericial, de acordo com dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi-MG. Esses números, informou a gestora, refletem os gastos para a aquisição de insumos e alguns itens de capital, exclusivos da atividade pericial, explicando que não foram levadas em conta despesas genéricas de custeio da Polícia Civil (como água, energia elétrica e tecnologia e informática, por exemplo).

Citou então os seguintes gastos realizados, de capital e custeio:

Ano/ Exercício	Despesas de Capital Executadas para Atividade Pericial	Despesas de Custeio Executadas para Atividade Pericial
2015	R\$196.574,00	R\$1.811.298,00
2016	R\$296.501,00	R\$3.221.376,00
2017	R\$358.320,00	R\$3.661.649,00
2018		R\$500.000,00 (valor aproximado)

Letícia Gamboge também citou algumas entregas feitas pela Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil:

- em 2012: R\$102.000,00 – serviços de readequação do Instituto de Criminalística, inclusive pontos elétricos;
- em 2014: R\$32.000,00 – instalação de divisórias no Instituto de Criminalística;
- em 2017: R\$364.000,00 – reforma e adequação do laboratório do Instituto de Criminalística;
- em 2018: previsão de R\$317.000,00 – reforma da parte elétrica de todo o Complexo Souza Cruz, com enfoque no Instituto de Criminalística.

Informou que há um esforço no sentido de realizar reuniões periódicas com os gestores responsáveis pelo acompanhamento das ações orçamentárias a cargo da Polícia Civil, no intuito de acelerar ou dinamizar a execução.

Reiterou que todos os insumos necessários, seja à perícia técnico-científica, seja às demais áreas da Polícia Civil, passam, necessariamente, pela análise da Diretoria de Aquisições, conforme já mencionado. Por sua vez, o processo de execução orçamentária impõe o cumprimento de vários pressupostos e critérios, em fases distintas, desde a previsão na Lei Orçamentária Anual até a efetiva liberação das cotas para execução. Em razão disso – lembrou – podem ocorrer dificuldades e atrasos nos processos de licitação. Mas asseverou que o prazo médio para a publicação da data do pregão tem sido de cerca de 30 dias a partir do pedido da compra.

O deputado Sargento Rodrigues reiterou o grave decréscimo, no atual governo, das verbas de custeio e investimento da segurança pública, principalmente as destinadas à Polícia Civil. Ratificou a situação lamentável por que passam as polícias, que convivem com a falta de insumos básicos, como combustível, papel ofício e cartuchos para impressoras, por exemplo. Lembrou que a Polícia Militar tem sido obrigada a trabalhar com coletes vencidos e armamento insuficiente e inadequado. Frisou que, em dois anos –

2015 e 2016 –, houve o decréscimo de R\$230.000.000,00 na verba de custeio da PMMG e de R\$70.000.000,00 na verba de investimento da Polícia Civil, quando comparados aos recursos disponibilizados no ano de 2014.

Roberto Simão e Dário Lopes ressaltaram a grande dificuldade enfrentada na Superintendência de Polícia Técnico-Científica no que se refere à renovação da licença da ferramenta eletrônica utilizada para quebra de senhas e extração de dados de telefones celulares – solução oferecida pela Cellebrite (empresa israelense de computação forense). Segundo os gestores, existem nove aparelhos Cellebrite no Estado, recebidos no ano de 2015, com licença válida por três anos. Apesar de se tratar de um aparelho imprescindível ao trabalho pericial, a ferramenta não pode ser utilizada, já que se encontra absolutamente desatualizada, por a licença encontrar-se vencida desde julho deste ano. Por essa razão, acrescentaram, os aparelhos são absolutamente ineficazes para o trabalho pericial em telefones celulares mais novos da linha Iphone e com sistema Android mais moderno.

Questionados pelos deputados, informaram que a renovação da licença tem o custo aproximado de R\$1.400.000,00, valor que equivale ao próprio custo de aquisição do aparelho. Essa demanda é prioritária e urgente, conforme os gestores, pelo que pleitearam auxílio para a imediata solução do impasse pelo governo do Estado.

Especificamente sobre a falta desses aparelhos, o deputado Sargento Rodrigues lembrou recente reunião realizada em Itajubá, na qual tomou conhecimento da impossibilidade do uso do aparelho Cellebrite a partir de informações prestadas pela equipe policial do município. Frisou, inclusive, que também lhe foi relatado, naquela ocasião, a imprescindibilidade da ferramenta para a atividade investigativa.

Os deputados passaram então a colher esclarecimentos acerca do efetivo da Polícia Civil. Roberto Simão ressaltou que o déficit no efetivo da Polícia Civil é o maior da história, realçando a defasagem de peritos criminais e médicos legistas no Estado. Apontou dois grandes problemas que vêm atingindo a atividade pericial: primeiro, a concessão de várias aposentadorias nos últimos anos, o que contribui para redução dos quadros; e segundo, a sobrecarga de trabalho, seguida do adoecimento de servidores. Alguns servidores, frisou, acometidos por doenças ocupacionais, não mais conseguem cumprir escalas noturnas, ir à cena de um crime ou lidar com a morte, por exemplo. E ressaltou: o perito é sempre indispensável em todo local de crime, em toda seção regional de criminalística da Polícia Civil, 24 horas por dia. Finalizou asseverando que, em que pese a necessidade de urgente ampliação dos quadros, as várias tentativas de convocação dos excedentes do último concurso realizado foram infrutíferas.

Acerca do quadro de servidores da Polícia Civil, Bruno Tascia concordou que há um déficit de peritos criminais e médicos legistas no Estado. Asseverou, porém, que a situação é ainda mais preocupante em outras carreiras, informando os quantitativos de servidores – tanto o previsto na Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado, quanto o quantitativo de servidores existentes –, de acordo com dados de janeiro de 2018, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Cargos da Carreira da Polícia Civil	Número Legal de Cargos/Lei Orgânica	Número de Cargos Ocupados	Percentual de Cargos Ocupados
Delegado de Polícia	1.987	1.083	54%
Perito Criminal	903	660	73%
Médico-legista	436	355	81%
Escrivão de Polícia	2.890	1.506	52%
Investigador de Polícia	11.301	6.326	56%
Total	17.517	9.930	

Dessa forma, o total de servidores efetivos da Polícia Civil no Estado – sem contar o quadro administrativo – era de 9.930, em janeiro de 2018. Questionado, informou que o quantitativo do quadro administrativo era de 1.330 servidores, também em janeiro de 2018. Ao final, asseverou que, para além da defasagem do efetivo, existem dificuldades a serem suplantadas na gestão e na distribuição dos servidores, especialmente para propiciar a cobertura no interior do Estado.

Acerca da atividade pericial no interior do Estado, o deputado João Leite abordou recente situação ocorrida em Ponte Nova: o delegado responsável pela Delegacia Regional, José Marcelo de Paula Loureiro, estabeleceu, por portaria, o prazo de 15 dias para que fosse organizado o serviço pericial no município. O deputado considerou tal determinação inadmissível: primeiro, por sobrepor-se às considerações do corpo técnico e às determinações da Superintendência de Polícia Técnico-Científica; segundo, pela total impossibilidade de instalar-se um laboratório pericial em prazo tão ínfimo.

Sobre esse fato, Bruno Tasca considerou que a autonomia funcional da atividade pericial já é reconhecida e observada no Estado. No entanto, concordou com o fato de que a perícia ainda sofre, especialmente em algumas regiões do interior do Estado, ingerência administrativa por parte de delegados. Acrescentou que é grande o debate em torno da autonomia funcional, administrativa e financeira dos órgãos de perícia criminal. Lembrou que, em 21 estados federativos, a perícia já é desvinculada da estrutura da Polícia Civil, considerando ser esse o caminho natural também em Minas Gerais.

Sobre o fato ocorrido em Ponte Nova, o deputado Sargento Rodrigues frisou a necessidade de continuarem trabalhando, de maneira intensa, pela efetiva autonomia da perícia técnico-científica, entendendo ser esse o caminho para impedir ingerências no trabalho pericial. Disse ainda ser fundamental que sejam garantidos investimentos em avanços tecnológicos e de inteligência.

Wilton Salles exigiu a intervenção das autoridades competentes no que se refere à situação ocorrida em Ponte Nova, ratificando a opinião manifestada de que a intervenção do delegado regional caracteriza-se como uma ingerência inaceitável. Registrou que, dentro da estrutura da Polícia Civil, a perícia encontra-se em piores condições, sendo que nem mesmo insumos básicos ao trabalho pericial são fornecidos. Para ele, a Chefia da Polícia Civil encontra-se absolutamente inerte diante dos volumosos problemas por que passa a instituição.

Uma questão diversa e específica, porém lembrada pelos deputados, trata dos relatos apresentados por peritas presentes à audiência pública realizada pela comissão em 10/7/2018. As denúncias remetem à prática de coação e cárcere privado em face das peritas pelo delegado Rodrigo Bossi, à época responsável pelo Departamento de Fraudes da Polícia Civil. Os deputados aproveitaram para cobrar a apuração dos fatos pela Chefia e pela Corregedoria da Polícia Civil. Além disso, o deputado João Leite questionou as razões de o mencionado delegado, agora à frente do Departamento de Homicídios da Polícia Civil, estar realizando, na data desta visita, a oitiva de Marcos Valério Fernandes de Souza, atualmente em cumprimento de pena na Apac de Sete Lagoas – e conhecido por seu envolvimento no chamado “escândalo do mensalão”. O deputado demonstrou sua preocupação com esse fato e alertou, então, para o risco de o delegado utilizar-se do cargo para ingerência política e interferências no processo eleitoral em curso.

Nesse ponto, Bruno Tasca concordou com os parlamentares no que toca à gravidade das denúncias de retaliação sofridas pelas peritas. E lembrou, inclusive, que o delegado foi afastado do Departamento de Fraudes, sendo que pairavam sobre ele acusações de práticas indevidas. Solicitou o envio das notas taquigráficas da audiência pública – da qual participaram as peritas – ao Gabinete da Chefia da Polícia Civil, com a maior brevidade possível, comprometendo-se a, pessoalmente, encaminhá-las à Corregedoria da Polícia Civil para providências.

O deputado Sargento Rodrigues ratificou seu repúdio às atitudes do delegado Rodrigo Bossi, especialmente no que diz respeito ao tratamento dispensado às peritas, definindo sua conduta como criminoso. E firmou seu entendimento de que o delegado, por todos os procedimentos demonstrados, não possui perfil para ocupar qualquer cargo de chefia no Estado.

Finalizando as discussões, o deputado falou sobre a elevação dos índices de desemprego no País e considerou que esse fenômeno, somado ao déficit nos quadros de efetivos das Polícias Civil e Militar e à redução dos recursos disponibilizados para a segurança pública, agravam sobremaneira a violência e a criminalidade.

Ressaltou a gravidade da interferência de agentes políticos no âmbito das Polícias Civil e Militar e considerou que esse comportamento também influencia e prejudica a distribuição do efetivo e o devido exercício da atividade policial de modo geral.

Defendeu a urgente instalação, na ALMG, de comissões parlamentares de inquérito com a finalidade de apurar a ingerência política nas polícias, frisando que vem se empenhando pessoal e fortemente nesse sentido.

Ao final, o chefe de Gabinete da Polícia Civil, Bruno Tasca, também se manifestou, comprometendo-se a levar ao conhecimento do Chefe da Polícia Civil as discussões havidas e a fazer a gestão das demandas apresentadas durante a reunião.

Encerrada a reunião, os deputados, acompanhados de Roberto Simão, superintendente de Polícia Técnico-Científica, Dário Luiz da Rocha Lopes, diretor do Instituto de Criminalística, Wilton Ribeiro Salles, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais de Minas Gerais, entre outros, percorreram as dependências do Instituto de Criminalística a fim de conversar com os profissionais que estavam em serviço e conhecer as condições estruturais e de funcionamento dos diversos setores do órgão.

Algumas situações constatadas pelos parlamentares, inclusive a partir de relatos dos peritos de plantão na unidade, são a seguir descritas:

– Atraso na produção de laudos em razão da defasagem da plataforma de dados do equipamento Cellebrite. Durante a visita, os deputados foram novamente esclarecidos sobre a licença do equipamento, que deve ser atualizada de três em três anos e que se encontra vencida desde 27/7/2018, em que pese o perito responsável pela utilização da ferramenta haver formalizado o pedido de renovação da licença um ano antes.

– Deficiência nas condições estruturais do prédio e insalubridade de ambientes. O prédio possui infiltrações em diversos setores, situação que é agravada em épocas de chuvas, quando os vazamentos aumentam, gerando danos ao material arquivado e aos equipamentos. Além disso, os banheiros e vestiários, principalmente os masculinos, encontram-se em estado de grande precariedade.

– O local que seria, inicialmente, a entrada principal do Instituto de Criminalística não pode ser utilizado, já que conta apenas com uma porta improvisada e em péssimas condições, que não oferece condição mínima de segurança.

– O setor destinado ao arquivamento de documentos, como laudos e fotografias, não dispõe de espaço suficiente, o que acarreta extrema dificuldade ao gerenciamento da documentação.

– Necessidade da destinação de recursos específicos para o tratamento da documentação existente no Instituto de Criminalística, de modo a propiciar a microfilmagem e a digitalização dos documentos.

– Defasagem no quadro de peritos. O Instituto de Criminalística conta somente com um perito de trânsito por plantão, o que dificulta sobremaneira o atendimento. Foi esclarecido aos deputados que a indicação é que cada ocorrência – aí incluídas ocorrências referentes a trânsito, mas também crimes contra a vida e o patrimônio, por exemplo – conte com dois profissionais para a realização da perícia, já que são diversas as variáveis a serem analisadas no local. Além disso, com um perito de plantão, torna-se impossível o atendimento de duas ocorrências simultâneas, situação rotineira nas ocorrências de trânsito, por exemplo.

– Defasagem nos quadros de peritos nos Postos de Perícia Integrada – PPIs –, distribuídos no interior do Estado. A previsão para cada PPI é de uma equipe mínima composta por cinco peritos. No entanto, algumas unidades contam atualmente com três peritos, o que tem exigido deles o cumprimento de jornada superior à jornada de 40 horas semanais, legalmente prevista para a carreira, além de inviabilizar a realização das perícias.

– Situação da área de informática ainda mais preocupante. Foi relatado aos deputados que existem somente três peritos de informática, lotados no Instituto de Criminalística, para análise pericial de todos os computadores apreendidos no Estado. O número de peritos de telefones celulares também é muito reduzido, somente seis peritos para a região de Belo Horizonte. Os deputados verificaram que existem computadores e telefones celulares para serem periciados desde o ano de 2007. Foi informado pelos peritos responsáveis que o atraso na realização das perícias se dá em razão da desatualização do Cellebrite e da defasagem de outros equipamentos, somadas à insuficiência de peritos para esse trabalho.

– Carência de insumos. De acordo com os gestores, houve melhorias no que diz respeito aos computadores da unidade, mas há a necessidade de constantes atualizações e aquisição de *softwares*, já que ficam rapidamente defasados. No entanto, faltam vários materiais básicos, os quais são usados diariamente, como os invólucros, por exemplo.

– Defasagem de equipamentos nos laboratórios. Entre as solicitações apresentadas aos deputados em vários setores do Instituto de Criminologia, pode ser registrada a demanda do setor de papiloscopia, que necessita, atualmente, de cerca de R\$1.600.000,00 em equipamentos. Também são necessários aparelhos no setor de documentoscopia: foi informado pela perita responsável que o equipamento mais novo da seção é um microscópio de microcomparação, já com 20 anos de uso.

– Falhas nos processos de manutenção dos equipamentos existentes na unidade. Os peritos ressaltaram que a manutenção dos aparelhos e *softwares* precisa ser realizada com maior frequência, por períodos mais curtos de uso. Esclareceram que também a manutenção dos equipamentos depende de licitação. Os processos licitatórios – que possuem uma carga de morosidade e burocracia – geram dificuldades para a realização das atividades do Instituto de Criminalística. Conforme informado aos deputados, a forma pela qual se dá a atualização dos *softwares* poderia ser alterada, de modo a evitar a defasagem ou o não funcionamento de equipamentos. No entanto, as decisões nesse sentido são tomadas em outras instâncias do governo. Peritos e gestores pleitearam, também por esse motivo, a autonomia administrativa e financeira da polícia técnico-científica.

Conclusão

Os deputados cumpriram a finalidade da visita, tendo ouvido gestores e peritos em serviço do Instituto de Criminologia, bem como verificado as condições de trabalho dos servidores e a estrutura física do prédio. Também obtiveram informações acerca da execução das verbas de custeio e investimento destinadas à atividade pericial no âmbito da Polícia Civil.

Entre os vários problemas encontrados, podem ser destacados o baixo quantitativo de peritos criminais e médicos legistas, as péssimas condições estruturais do prédio no qual funciona o Instituto de Criminologia, a defasagem e a carência de equipamentos e o déficit de recursos financeiros. Essa combinação de fatores tem inviabilizado a realização das perícias criminais e a entrega dos laudos técnicos e comprometido gravemente a instrução criminal. Os parlamentares verificaram que os servidores trabalham com grandes dificuldades e desgastes de toda ordem. Além disso, perceberam a necessidade da contínua renovação dos equipamentos, bem como de tecnologia e de expertise no âmbito da perícia técnico-científica, como medida essencial à devida formação da prova criminal e ao cumprimento de sua missão.

O presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues, ressaltou sua percepção de que a perícia técnico-científica passa por verdadeiro sucateamento e firmou seu entendimento de que o governo do Estado assume uma posição de deliberado abandono dessa área da Polícia Civil e da segurança pública como um todo.

Em atendimento ao pedido realizado durante a reunião por Bruno Tasca, chefe de Gabinete da Polícia Civil, o presidente da comissão determinou o envio das notas taquigráficas solicitadas, por meio de seu gabinete.

Propôs, também, nos termos suscitados pelo deputado João Leite, o encaminhamento de requerimento¹ com pedido de informações ao chefe da Polícia Civil e ao corregedor-geral da Polícia Civil sobre a oitiva do preso Marcos Valério Fernandes de Souza, no Departamento de Homicídios da Polícia Civil, em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2018.

João Leite, relator.

¹ **REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 12.676/2018:** Requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais e ao corregedor-geral da Polícia Civil pedido de informações sobre as razões pelas quais Marcos Valério Fernandes de Souza, que atualmente cumpre pena na Apac de Sete Lagoas, foi ouvido, em 21/8/2018, pelo delegado responsável pela Delegacia Especializada de Homicídios, em Belo Horizonte, esclarecendo-se qual apuração ensejou tal oitiva e em que qualidade o preso foi

ouvido. Autoria: deputados Sargento Rodrigues e João Leite. Proposição aprovada na Comissão de Segurança Pública na data de 28/8/2018.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2018

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater propostas e reivindicações que a comissão defenderá nas audiências públicas da Agência Nacional de Transportes Terrestres sobre a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas, bem como de outras concessões ferroviárias no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Vânia Silveira de Pádua Cardoso, representante da Unidade Ferroviária do Dnit em Belo Horizonte; e do Sr. Roberto Willians de Santana, diretor-geral da Escola Técnica Estadual de Transportes Engenheiro Silva Freire do Rio de Janeiro, agradecendo o convite e justificando suas ausências nesta audiência; e ofícios do Sr. Carlitos Alves dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Viçosa, e dos vereadores dessa câmara, requerendo que sejam envidados esforços, por parte da comissão, para que os recursos financeiros auferidos com as multas referentes à Resolução nº 4.131/2013 da ANTT, correspondentes aos trechos de Minas Gerais, sejam destinados à recuperação e melhoria da malha ferroviária dos respectivos trechos; e do Sr. Valmir Peixoto Costa, procurador do Estado, encaminhando algumas considerações sobre o processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Raquel Alkimim Figueiredo Mendonça, assistente do Advogado-Geral do Estado; Célia Maria Corsino, superintendente do Iphan em Minas Gerais; e Flávia Mourão Parreira do Amaral, diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e os Srs. Ronderson Queiroz Hilário, professor de Projetos de Estradas e Construção de Estradas da Escola de Engenharia da UFMG; Valmir Peixoto Costa, procurador do Estado; Jershon Ayres de Moraes, vice-presidente do Circuito Turístico Serras de Minas; Luciano Murta, diretor da ONG Trem; José Antônio Silva Coutinho, vice-presidente de Relações Institucionais e coordenador da Comissão Técnica de Transportes da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME; Waldir de Almeida Januário, diretor administrativo e financeiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG; João Marcos de Souza Pinheiro, representante da entidade Órgãos de Preservação Ferroviária; Flávio Garcia Iglesias Fernandes, representante da Maria Fumaça de Rio Acima; Marcos Túlio de Melo, subsecretário de Projetos da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Carlos Henrique Angelo Passos, advogado da Maria Fumaça de Rio Acima; Antônio Augusto Moreira de Farias, conselheiro da ONG Trem; André Luis Tenuta, diretor da ONG Trem; Nelson de Mello Dantas Filho, diretor da ONG Trem; Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, diretor executivo da YKS e consultor do Banco do Mundial; Luiz Otávio Silva Portela, vice-presidente técnico e cultural da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME; Adão Guimarães e Silva, analista técnico da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU-BH – da Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte – STU-BH; José da Silva Ramos, tesoureiro do Circuito Turístico Serra de Minas; e Ricardo Soares, representante da Nippon Steel. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2018.

João Leite, presidente – Marília Campos – Sargento Rodrigues.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 13/9/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/9/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.338, 11.409 e 11.410/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/9/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/9/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.000/2018****Comissão de Administração Pública****Relatório**

De autoria do governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe “institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências.”

Publicado no *Diário do Legislativo* de 9/3/2018, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública.

No seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, compete a esta comissão, nos termos do art. 102, I, “a” e “c”, do Regimento Interno, emitir parecer quanto ao mérito da proposta.

Fundamentação

A proposição em análise cuida, nos termos de seu art. 1º, da instituição das seguintes carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas: auxiliar em atividades de pesquisa e ensino, técnico em atividades de pesquisa e ensino, gestor em atividades de pesquisa e ensino e pesquisador em ciências aplicadas e políticas públicas.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo governador, o projeto visa atender à necessidade da Fundação João Pinheiro – FJP –, uma vez que, à época da construção das carreiras, seus servidores foram posicionados nas carreiras do Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia, a despeito de suas singularidades. Assevera ainda que “a aprovação da proposta não implica impacto financeiro, uma vez que as tabelas de vencimento básico das carreiras a serem criadas são simétricas às tabelas existentes para as carreiras do Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia. Além disso, servidores ativos e inativos que compõem o atual Quadro de pessoal da FJP serão posicionados nas novas carreiras nos níveis e graus correspondentes àqueles nos quais estão posicionados nas carreiras do Grupo de Atividades da Ciência e Tecnologia.”.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao apreciar a matéria, entendeu que não há óbices jurídicos para o prosseguimento da tramitação da proposição por se tratar de matéria de competência legislativa estadual e de iniciativa do governador do Estado. Destacou, em síntese, que a transformação de cargos é um instrumento frequentemente utilizado para reorganização da administração pública, desde que os cargos transformados tenham semelhança de atribuições e de nível de complexidade, bem como o mesmo nível de escolaridade exigido para as carreiras, o que foi observado pela proposta.

A referida comissão apresentou substitutivo visando aprimorar o projeto e incorporar sugestões de emenda encaminhadas por mensagem do governador do Estado, as quais, em breve resumo, propõem quantificar o número de funções públicas transformadas e deixar mais clara a redação de alguns dispositivos.

Ressaltamos que, em resposta à diligência requerida pela Comissão de Constituição e Justiça, foi reiterado que não há impacto orçamentário-financeiro decorrente da medida.

Analisando o mérito do projeto, constatamos que sua principal intenção é reestruturar algumas carreiras, com a finalidade de contemplar as especificidades das atividades realizadas pela Fundação João Pinheiro, com conseqüente reconhecimento da singularidade do seu campo de atuação. Sendo assim, entendemos que as medidas propostas pela proposição são oportunas e convenientes para o alcance do interesse público, especialmente a melhoria do serviço público prestado pelo Estado ao cidadão, estando em conformidade com os princípios constitucionais estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal.

Conclusão

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.000/2018 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente e relator – André Quintão – Marília Campos – João Leite.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/9/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Hercules Augusto da Silva, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Marli Aparecida Franco, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

exonerando Ronan Pereira Martins, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Sebastião da Silva Soares, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Adriele Freire Nogueira Andrade, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Carlos Alberto Fernandes Modesto, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Cristina Lopes da Silva Mendonça, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando José Vicente Medeiros, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Sebastião da Silva Soares, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Wanderson Esteves Sobrinho, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.